

em destaque:

Economia da Partilha

O Parlamento Europeu propôs uma série de medidas para **libertar todo o potencial do mercado único** em benefício dos consumidores, dos trabalhadores e das empresas, em particular das PME e empresas em fase de arranque (*start-ups*). Os objetivos são **eliminar as barreiras ao comércio transfronteiriço**, ajudar as PME e *start-ups* a intensificar as suas atividades, reformar o IVA e encontrar soluções legislativas para a **economia colaborativa ou de partilha**, ou seja, casos como a *Uber* e a *Airbnb*.

A economia de partilha, ao alterar a forma como muitos serviços e bens são fornecidos e consumidos, "*pode orientar a inovação e tem o potencial de trazer mais benefícios e oportunidades para as empresas e os consumidores*", diz um relatório aprovado em plenário por 423 votos a favor, 92 contra e 54 abstenções. O Parlamento Europeu salienta os "*benefícios e os desafios*" económicos, societários e ambientais colocados por estes novos modelos de negócio, pedindo à Comissão que coordene os esforços dos Estados-Membros na "*busca de soluções legislativas a curto ou longo prazo sobre a economia de partilha*" e apelando a que sejam apresentadas propostas para "*evitar os abusos nos domínios do emprego e da tributação*".

O desenvolvimento de novos modelos de negócio, de serviços inovadores e da utilização temporária de bens "*deve ser incentivado, mas basear-se, se possível, em normas semelhantes para serviços semelhantes, com vista a preservar a elevada qualidade dos serviços, independentemente da forma como o acesso e a prestação estão organizados, e a assegurar a igualdade de condições de concorrência e a segurança dos consumidores*", dizem os eurodeputados.

"*Em relação à economia de partilha, só pode ser adotada uma abordagem de mercado único, pois a fragmentação deste devido a normas locais ou nacionais impede as empresas europeias da economia de partilha de se desenvolverem a nível europeu*", diz o PE, apoiando os planos da Comissão de analisar as empresas criadas neste setor.

ver pág. 3

Energia

A **União da Energia** deve habilitar os cidadãos a produzirem, consumirem, armazenarem ou venderem a sua própria energia proveniente de fontes renováveis, a título individual ou coletivo, e a tornarem-se participantes ativos no mercado da energia, diz um relatório aprovado pelo Parlamento Europeu.

Ver pág. 5

Mercado Digital

Internet: um espaço sem fronteiras físicas mas ainda com muitos desafios para os utilizadores. Os eurodeputados debateram, em plenária as novas propostas da Comissão Europeia para impedir práticas injustificadas de bloqueio geográfico. (Geo-blocking)

Ver pág. 7

Moedas Virtuais

A Comissão Europeia deve criar uma *task force* para **monitorar moedas virtuais, como a Bitcoin**, para evitar que sejam usadas para lavar dinheiro ou financiar o terrorismo, disse o Parlamento numa uma resolução não vinculativa.

Ver pág. 8

Índice

Abertura da sessão: Presidente do PE presta homenagem a Marco Pannella....	3
Uber, Airbnb: Parlamento Europeu quer soluções legislativas para a economia de partilha.....	3
Energia: Eurodeputados defendem consumidores participativos no mercado e promoção das renováveis.....	5
Mais um passo em direção ao Mercado Único Digital.....	7
Os eurodeputados pedem vigilância às moedas virtuais para combater o branqueamento de capitais e o terrorismo.....	8
Transferência transatlântica de dados: novas melhorias são necessárias, dizem os Eurodeputados.....	8
Ordem do dia da Sessão.....	10

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa
ENF- Europa das Nações e da Liberdade

Responsável: Fernando Vaz das Neves
Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Abertura da sessão: Presidente do PE presta homenagem a Marco Pannella

O presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, lembrou hoje, na abertura da sessão plenária, o antigo eurodeputado italiano Marco Pannella, que faleceu no dia 19 de maio, com 86 anos. Os eurodeputados decidiram também acrescentar à agenda da sessão um debate com a Comissão Europeia sobre os disruptores endócrinos.

Marco Pannella *"foi um grande lutador contra a pena de morte e defensor dos direitos humanos. (...) Foi também um europeu convicto que lutou muito pela Europa (...) e um pioneiro político"*, disse Schulz.

Uber, Airbnb: Parlamento Europeu quer soluções legislativas para a economia de partilha

O Parlamento Europeu propôs uma série de medidas para libertar todo o potencial do mercado único em benefício dos consumidores, dos trabalhadores e das empresas, em particular das PME e empresas em fase de arranque (*start-ups*). Os objetivos são eliminar as barreiras ao comércio transfronteiriço, ajudar as PME e *start-ups* a intensificar as suas atividades, reformar o IVA e encontrar soluções legislativas para a economia colaborativa ou de partilha, ou seja, casos como a *Uber* e a *Airbnb*.

A economia de partilha, ao alterar a forma como muitos serviços e bens são fornecidos e consumidos, *"pode orientar a inovação e tem o potencial de trazer mais benefícios e oportunidades para as empresas e os consumidores"*, diz um relatório aprovado em plenário por 423 votos a favor, 92 contra e 54 abstenções.

O Parlamento Europeu salienta os *"benefícios e os desafios"* económicos, sociais e ambientais colocados por estes novos modelos de negócio, pedindo à Comissão que coordene os esforços dos Estados-Membros na *"busca de soluções legislativas a curto ou longo prazo sobre a economia de partilha"* e apelando a que sejam apresentadas propostas para *"evitar os abusos nos domínios do emprego e da tributação"*.

O desenvolvimento de novos modelos de negócio, de serviços inovadores e da utilização temporária de bens *"deve ser incentivado, mas basear-se, se possível, em normas semelhantes para serviços semelhantes, com vista a preservar a elevada qualidade dos serviços, independentemente da forma como o acesso e a prestação estão organizados, e a assegurar a igualdade de condições de concorrência e a segurança dos consumidores"*, dizem os eurodeputados.

"Em relação à economia de partilha, só pode ser adotada uma abordagem de mercado único, pois a fragmentação deste devido a normas locais ou nacionais impede as empresas europeias da economia de partilha de se desenvolverem a nível europeu", diz o PE, apoiando os planos da Comissão de analisar as empresas criadas neste setor.

Incentivos às PME, microempresas e start-ups

Os eurodeputados pedem à Comissão que explore formas de facilitar mais o acesso das PME, microempresas e start-ups ao financiamento e que assegure a possibilidade de se recorrer ao financiamento coletivo ("*crowdfunding*") sem descontinuidade através das fronteiras.

Em relação à reforma do IVA, o PE insta o executivo comunitário a avaliar de que forma as novas regras sobre o local da prestação para efeitos de IVA sobre os serviços digitais podem ser alteradas, de modo a satisfazer as necessidades específicas das pequenas empresas e das microempresas, e a avaliar a possibilidade de uma "*abordagem simplificada do IVA*" para a mesma categoria de bens no setor do comércio eletrónico.

"Made-in"

O PE sublinha a importância de fornecer informações pertinentes sobre os produtos destinados ao mercado de retalho, "*em particular a indicação do país de origem, a qual é crucial para proteger os consumidores e reforçar o combate à contrafação*".

Os eurodeputados exortam ainda a Comissão a apresentar sem demora uma proposta legislativa para a criação de um "*sistema único europeu de proteção das indicações geográficas dos produtos não agrícolas na UE*". Tal instrumento "*destacaria explicitamente o valor acrescentado de muitos produtos locais, com vantagens evidentes para os produtores e regiões em causa e em termos de sensibilização dos consumidores*", diz o relatório.

Segundo o Serviço de Estudos do Parlamento Europeu, os ganhos espectáveis da realização do mercado único elevam-se a um bilião de euros (correspondendo a potenciais ganhos de eficiência de 615 mil milhões de euros por ano).

O relatório sobre a Estratégia para o Mercado Único, elaborado pela eurodeputada italiana Lara Comi (PPE), é o contributo do Parlamento Europeu para as iniciativas que foram anunciadas na comunicação da Comissão "*Melhorar o Mercado Único: mais oportunidades para os cidadãos e as empresas*", de 28 de outubro de 2015.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) "*Senhor Presidente, Senhora Comissária, Caros Colegas, quero começar por felicitar a relatora Lara Comi pelo relatório que nos propõe. É um importante contributo para a melhoria do Mercado Único. Elenca um conjunto de medidas vitais para um mercado mais forte e mais justo, virado para o século XXI e centrado nos consumidores.*

Recordo, como a Sra. Comissária já fez, que, a par de Schengen, o Mercado Único que é uma das maiores realizações da União Europeia, que os cidadãos europeus sentem no seu dia-a-dia e que transformou, por completo, o modo como comercializamos, como consumimos e como circulamos dentro do espaço europeu.

O potencial deste mercado com mais de quinhentos milhões de consumidores não está totalmente aproveitado. Estimam-se potenciais ganhos de eficiência de 615 mil milhões de euros com o aprofundamento da integração do Mercado Único.

Persistem, porém, obstáculos à livre circulação de bens e serviços, como requisitos regulamentares não pautais injustificados e diversos Estados-Membros que não aplicam parte da importante legislação em vigor. Persiste também uma desconfiança dos consumidores pelos contratos transfronteiras e alguma iliteracia digital.

Tudo isto representa desperdícios desnecessários para a economia real e entraves a maior crescimento e mais criação de emprego.

Congratulo-me, pois, com o resultado alcançado, em especial a tónica dada às pequenas e médias empresas, ao forte investimento na digitalização do mercado e ao combate ao geo-blocking, à otimização do portal digital único, às iniciativas na economia da partilha e às melhorias na contratação pública.

Para terminar, sublinho a urgência do Pacote da Segurança dos Produtos e Fiscalização do Mercado, que se encontra bloqueado no Conselho, e a premência dos Estados-Membros de assegurarem a adequada aplicação da Diretiva Serviços".

João Pimenta Lopes (CEUE/EVN) *“Senhor Presidente, mais de vinte anos do Mercado Único significaram o acelerar do processo de concentração e acumulação capitalista a favor dos grupos monopolistas, o desmantelamento de instrumentos ao serviço dos Estados-Membros, de regulação soberana das economias, as privatizações e a liberalização de setores estratégicos e serviços públicos, a harmonização da legislação.*

Mas não chega. O grande capital monopolista quer mais e é explícito o objetivo de aprofundamento da integração no Mercado Único e de contribuir para reformas estruturais, leia-se a liquidação das funções sociais do Estado e direitos laborais.

Propõe—se a articulação com o Plano Juncker, servil aos interesses da alta finança e das grandes empresas e que privilegia as Parcerias Público-Privadas, injetando dinheiros públicos no sistema financeiro, ou com o TTIP que liquidaria milhares de PME e aprofundaria o ataque aos direitos laborais e sociais dos trabalhadores.

Valoriza-se o capital de risco e a criação de produtos financeiros, como os securities , que estiveram na origem da crise financeira de 2008, elementos que confirmam que o Mercado Único não serve o desenvolvimento soberano dos Estados-Membros, menos ainda os interesses dos povos e dos trabalhadores.

A alegação de que "trabalho igual, salário igual, no mesmo local" compromete o Mercado Único, na argumentação que levou ao cartão amarelo à revisão da Diretiva relativa ao destacamento de trabalhadores, é revelador de como este tem promovido o nivelamento por baixo das condições de vida e de trabalho na Europa, aumentando as desigualdades, a exclusão e a pobreza”.

Energia: Eurodeputados defendem consumidores participativos no mercado e promoção das renováveis

A União da Energia deve habilitar os cidadãos a produzirem, consumirem, armazenarem ou venderem a sua própria energia proveniente de fontes renováveis, a título individual ou coletivo, e a tornarem-se participantes ativos no mercado da energia, diz um relatório aprovado pelo Parlamento Europeu. Os eurodeputados apelam também a que os fundos da UE afetados à eficiência energética e ao apoio à produção própria de energia incidam sobretudo nos consumidores em situação de pobreza energética.

O Parlamento Europeu defende que a transição energética deve traduzir-se num sistema mais eficiente, descentralizado e inclusivo que contribua para aumentar a participação dos cidadãos e das comunidades locais e regionais, permitindo que se tornem proprietários ou coproprietários da produção, da distribuição e do armazenamento de energia renovável. Este sistema deve também proteger as pessoas mais vulneráveis e garantir que todos beneficiem das medidas de eficiência energética e das energias renováveis.

Fomento da produção e do consumo próprios de energia

O PE apela ao desenvolvimento de novos modelos empresariais, sistemas de aquisição coletiva e instrumentos financeiros inovadores, que fomentem a produção e o consumo próprios de energia, e à redução das barreiras administrativas através da supressão das restrições de acesso ao mercado e à rede. Os eurodeputados sugerem, por exemplo, *"sistemas comunitários/cooperativos de energia"*, através de balcões únicos dedicados às licenças de projeto e ao apoio técnico e financeiro, bem como a aceleração dos procedimentos de autorização.

O relatório realça também a necessidade de desenvolver um quadro benéfico para os arrendatários e os residentes em edifícios de habitação multifamiliar, de modo a que também

beneficiem da copropriedade e da produção própria de energia e das medidas de eficiência energética.

Preços acessíveis, tarifas sociais e faturas mais claras

O PE recomenda que se melhore a transparência e a clareza das faturas e dos contratos, a frequência das faturas de energia e as ferramentas de comparação de preços. Pede também que seja avaliada a melhor forma de disponibilizar pró-ativamente aos consumidores comparações de ofertas, de modo a que todos os consumidores, mesmo os que não tenham acesso à Internet ou competências neste domínio, possam determinar se poupariam dinheiro mudando de fornecedor.

"O acesso à energia a preços acessíveis é um direito social básico", afirma o PE, acrescentando que "a existência de tarifas sociais bem direcionadas são essenciais para os cidadãos com baixos rendimentos e em situação de vulnerabilidade".

Os eurodeputados apelam a que os fundos da UE afetados à eficiência energética e ao apoio à produção própria de energia incidam sobretudo nos consumidores em situação de pobreza energética e nos consumidores com baixos rendimentos e contribuam para resolver o problema dos incentivos contraditórios para proprietários e locatários.

O relatório sobre a criação de um novo quadro para os consumidores de energia foi aprovado em plenário por 577 votos a favor, 65 contra e nove abstenções.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Zorrinho (S&D) *"Senhor Presidente, Senhor Comissário, a concretização da união da energia é fundamental para que a Europa possa reforçar a sua soberania, garantir e diversificar o abastecimento e liderar a transição energética para um modelo baseado em energias limpas e renováveis.*

Mas, quando falamos em transição energética, temos que falar também no modelo social que permita que os europeus tenham a energia necessária a uma vida condigna. Conseguir esse objetivo implica pôr em prática um mix de políticas adequadas a cada mercado regional e a cada mercado sub-regional. Temos que conhecer muito bem os dados concretos da pobreza energética em cada país para verificar a conformidade e a qualidade das respostas e, com base nos dados concretos, temos que atuar quer no domínio da eficiência energética, quer no domínio da regulação dos mercados.

Eliminar práticas comerciais agressivas para os mais vulneráveis, estabelecer tarifas sociais de referência, usar os sistemas de incentivos para fomentar práticas de eficiência e diminuir os custos suportados. Estes são alguns exemplos do que muito pode ser feito.

Queria nesta minha intervenção saudar a relatora Theresa Griffin pelas sugestões que faz, pelo tema que colocou à discussão e pelo facto de ter integrado a dimensão social, porque nós precisamos de assegurar na transição energética ganhos económicos de competitividade, ganhos ambientais de sustentabilidade e ganhos sociais de equidade.

É esse o nosso desafio. É grande, mas é forte e é bom".

Carlos Coelho (PPE) *"A transição energética em curso deve traduzir-se num sistema energético mais eficiente, transparente, sustentável, competitivo, estável, que favoreça toda a sociedade e que contribua para o aumento da participação dos cidadãos e das comunidades a nível local e regional.*

Não obstante os progressos registados, o objetivo do terceiro pacote energético no sentido de estabelecer um mercado retalhista da energia verdadeiramente competitivo, transparente e favorável aos consumidores ainda não foi plenamente concretizado em todos os Estados-Membros da União.

Nesse sentido, destaco a necessidade da aplicação do terceiro pacote da energia, nomeadamente no que se refere ao direito a mudar gratuitamente de fornecedor de energia e a melhor prestação de informações aos consumidores sobre os seus direitos, devendo existir ferramentas de comparação de preços independentes e atualizadas.

Por outro lado, é fundamental que todos os sítios web e todos os sistemas de faturação sejam plenamente acessíveis a pessoas com deficiência.

Paralelamente, alerta para a necessidade de o tratamento e armazenamento de dados dos cidadãos em matéria de energia serem geridos por entidades que cumpram o quadro regulamentar vigente na UE em matéria de privacidade e proteção de dados. Pelo exposto, apoiei o presente relatório”.

Mais um passo em direção ao Mercado Único Digital

Internet: um espaço sem fronteiras físicas mas ainda com muitos desafios para os utilizadores. Um deles é o bloqueio geográfico, situação que ocorre quando somos impedidos de aceder a um conteúdo ou a um produto devido à nossa localização geográfica. Os eurodeputados debateram, em plenária as novas propostas da Comissão Europeia para impedir práticas injustificadas de bloqueio geográfico.

"A inovação digital passa também por encontrar novas formas de resolver problemas, do acesso a serviços e bens passando pelo ambiente ou mobilidade. A criação de um Mercado Único Digital passa também por derrubar barreiras, muitas vezes criadas por legislação e práticas desatualizadas", afirmou a eurodeputada Kaja Kallas (ALDE, Estónia), co-relatora do relatório com as recomendações do Parlamento Europeu para o Mercado Único, durante o debate.

Bloqueio geográfico

"As práticas injustificadas de "bloqueio geográfico", como a discriminação com base no endereço de IP, endereço postal ou país de emissão do cartão de crédito, têm de acabar para melhorar o acesso dos consumidores europeus a bens e serviços, diz o Parlamento Europeu no relatório aprovado em Janeiro.

"Queremos proteger os consumidores e evitar a discriminação com base no país onde vivem ou no cartão de crédito que possuem", explica a eurodeputada Evelyne Gebhardt (S&D, Alemanha), co-relatora do relatório.

De acordo com a proposta da Comissão Europeia os consumidores de outros Estados-Membros devem ter o mesmo acesso que o cliente local, a não ser que haja uma razão válida para não o fazer. No entanto a proposta inclui algumas exceções como os serviços de transportes, serviços financeiros de retalho e audiovisuais.

A atualização das regras dos serviços audiovisuais pretende criar condições de igualdade entre as emissoras de radiodifusão tradicionais e os fornecedores de serviços on-line. Inclui regras de publicidade mais flexíveis e formas de proteção de menores em serviços como o Youtube ou Netflix semelhantes ao que existem nos fornecedores tradicionais.

"Todos os atores no mercado, tradicionais ou on-line, devem seguir as mesmas regras sem discriminação", afirmou vice-presidente da Comissão responsável pelo Mercado Único Digital, Andrus Ansip durante a apresentação das propostas em plenário.

Outras propostas

Entre 2015 e 2015 a Comissão apresentou propostas legislativas sobre os contratos de fornecimento de conteúdos e bens digitais; sobre a portabilidade transfronteiras e sobre a utilização de frequências de rádio para a melhoria dos serviços online.

Até ao final do ano a Comissão Europeia planeia apresentar mais propostas em áreas como a simplificação do IVA, a segurança online e de direitos de autor.

Os eurodeputados pedem vigilância às moedas virtuais para combater o branqueamento de capitais e o terrorismo

A Comissão Europeia deve criar uma *task force* para monitorar moedas virtuais, como a Bitcoin, para evitar que sejam usadas para lavar dinheiro ou financiar o terrorismo, disse o Parlamento numa resolução não vinculativa.

A proposta, estabelecida numa resolução elaborada por Jakob von Weizsäcker (S & D, DE), sugere que o grupo de trabalho, supervisionado pela Comissão, deverá desenvolver competências na tecnologia subjacente às moedas virtuais. Também seria encarregado de recomendar qualquer legislação necessária, mas o texto adverte contra tomar uma abordagem pesada para esta nova tecnologia que, diz ele, pode oferecer oportunidades significativas para o consumidor e o desenvolvimento económico.

"Para evitar sufocar a inovação, favorecemos a monitorização preventiva em vez de uma regulamentação preventiva, mas as inovações tecnológicas podem-se espalhar muito rapidamente e tornar-se sistêmicas, razão pela qual pedimos à Comissão que estabeleça um grupo de trabalho para monitorar ativamente a evolução da tecnologia e Propostas de regulamentação específica se e quando surgir a necessidade", afirmou o Sr. von Weizsäcker.

A Comissão está actualmente a estudar propostas para introduzir plataformas de câmbio virtuais no âmbito da actual directiva da UE relativa à luta contra o branqueamento de capitais, que deverá ser actualizada. Estas propostas incluem uma medida que exigiria que as plataformas realizassem a devida diligência quando os clientes trocam moedas virtuais por reais. Isso acabaria com o anonimato associado a essas trocas. Os reguladores temem que o actual sistema esteja ajudando a lavagem de dinheiro e organizações terroristas.

A proposta do Parlamento, aprovada por 542 votos a favor, 51 contra e 11 abstenções, será agora enviada à Comissão Europeia para apreciação.

Transferência transatlântica de dados: novas melhorias são necessárias, dizem os Eurodeputados

A Comissão Europeia deve continuar a negociar com os EUA para corrigir as "deficiências" na proposta de protecção do "Escudo de Privacidade" para os dados dos cidadãos da UE transferidos para os EUA com fins comerciais, diz o Parlamento numa resolução não legislativa aprovada na quinta-feira.

Na resolução aprovada por 501 votos a favor, 119 votos contra e 31 abstenções, os deputados acolhem com satisfação os esforços da Comissão e do governo dos EUA para conseguir "melhorias substanciais" no escudo de privacidade em comparação com a decisão porto seguro que se substituiu.

Contudo, também manifestam a sua preocupação quanto às "deficiências" no novo acordo proposto pela Comissão, nomeadamente:

- Acesso das autoridades dos EUA aos dados transferidos ao abrigo do Escudo de Protecção da Privacidade UE-EUA;
- A possibilidade de recolha de dados em massa, em alguns casos, que não preenche os critérios de "*necessidade*" e de "*proporcionalidade*" estabelecidos na Carta dos Direitos Fundamentais da UE;
- O Provedor de Justiça proposto pelos Estados Unidos, uma nova instituição que os deputados aceitam como um passo em frente, mas que acreditam não ser "*suficientemente independente*", nem "*dotado de poderes adequados para exercer e fazer cumprir eficazmente o seu dever*";
- A complexidade do mecanismo de recurso, que a Comissão e a administração dos EUA têm de tornar mais "*user-friendly e eficaz*".

O Parlamento sublinha que o quadro do Escudo de Protecção confere às agências de protecção de dados dos Estados-Membros da UE um papel proeminente no exame dos pedidos de protecção de dados e toma nota do seu poder de suspender as transferências de dados. Registam igualmente a obrigação colocada ao Departamento de Comércio dos EUA para resolver tais queixas.

Por último, os deputados convidam a Comissão a proceder a "*revisões sólidas*" periódicas da sua decisão de que a protecção do Escudo de Protecção é adequada, nomeadamente à luz da experiência adquirida com as novas regras da UE em matéria de protecção de dados que deverão produzir efeitos em dois anos.

Ordem do dia 25 e 26 de Maio de 2016

► Quarta-Feira, 25 de Maio

15:00 - 19:00

Reinício da sessão

Sessão solene - Alocução de Sua Majestade o Rei Guilherme Alexandre dos Países Baixos

Ordem de trabalhos

Decisão adotada sobre o Pacote do Mercado Único Digital - *Declaração da Comissão*

Preparação da Cimeira do G7 - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Transferência transatlântica de dados - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Disruptores endócrinos: ponto da situação na sequência do acórdão de 16 de dezembro de 2015 - *Declaração da Comissão*

Introdução de ferramentas de identificação eletrónica e de serviços em linha transfronteiras - *Declaração da Comissão*

Discussão conjunta - Colocar os cidadãos no centro da União da Energia e combater a pobreza energética

Criação de um novo quadro para os consumidores de energia - *Relatório: Theresa Griffin (A8-0161/2016)*

Luta contra a pobreza energética no âmbito da União da Energia - *Declaração da Comissão*

Breve apresentação dos seguintes relatórios:

Pobreza: uma perspetiva de género - *Relatório: Maria Arena (A8-0153/2016)*

Barreiras não pautais no Mercado Único - *Relatório: Daniel Dalton (A8-0160/2016)*

Moedas virtuais - *Relatório: Jakob von Weizsäcker (A8-0168/2016)*

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

► Quinta-Feira, 26 de Maio

08:30 - 12:20

Medidas para enfrentar a crise no setor leiteiro - *Perguntas orais (O-000068/2016 - B8-0370/2016) (O-000069/2016 - B8-0701/2016)*

Estratégia para o Mercado Único - *Relatório: Lara Comi (A8-0171/2016)*

11:30 - 13:30 VOTAÇÃO

Moedas virtuais - *Relatório: Jakob von Weizsäcker (A8-0168/2016)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2015/010

FR/MoryGlobal - *Relatório: Anneli Jäätteenmäki (A8-0182/2016)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2015/011

GR/Supermarket Larissa - *Relatório: Liadh Ní Riada (A8-0181/2016)*

Pedido de levantamento da imunidade parlamentar de Gianlucca Buonanno - *Relatório: Evelyn Regner (A8-0180/2016)*

Medidas provisórias no domínio da proteção internacional a favor da Suécia - *Relatório: Ska Keller (A8-0170/2016)*

Transferência transatlântica de dados - *Propostas de resolução*

Criação de um novo quadro para os consumidores de energia - *Relatório: Theresa Griffin (A8-0161/2016)*

Pobreza: uma perspetiva de género - *Relatório: Maria Arena (A8-0153/2016)*

Barreiras não pautais no Mercado Único - *Relatório: Daniel Dalton (A8-0160/2016)*

Estratégia para o Mercado Único - *Relatório: Lara Comi (A8-0171/2016)*